

4ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna - 21/6/2011 - apresentação

O texto hagiográfico (séculos XV-XVI) - Cristina Sobral (Universidade de Lisboa)

Retomando os postulados já explicitados na apresentação do Programa do Seminário deste ano, tenderia a afirmar que, quanto a esse triângulo que forma as suas perspectivas analíticas, que são elas estudar a essência ontológica da experiência da santidade, os distintos territórios sociais em que se inscreveu e os métodos da sua construção, hoje teremos uma incursão ambivalente. Um pé nos métodos e outro na substância das experiências de santidade. Plural que me parece mais conforme à realidade, como temos constatado ao longo das sessões anteriores, apesar do esforço centralizador e disciplinador que marcou este território, sobremaneira a partir dos inícios do século XVII, quando passaram a actuar em pleno as congregações romanas dos Ritos, dos Beatos e, mais tardiamente, no que à questão da santidade se reporta, a do Santo Ofício Romano.

O texto hagiográfico, título propositadamente cru e despido de qualquer adjectivação, para captar toda a força e importância que ele encerra, de que hoje tratará a Cristina Sobral, a quem em nome da Comissão Científica do Seminário desde já agradeço, é uma das fontes dificilmente contornáveis para quem se quiser aventurar no estudo histórico da santidade. E se pode ser repositório das tais experiências de santidade, reclama igualmente um amplo conjunto de cautelas, relativas desde logo à fixação do próprio texto, comparação das suas, por vezes, múltiplas e desconformes versões, para além das dificuldades interpretativas que se deparam a quem os compulsa. Ora, isso reclama um método. Creio, por conseguinte, mesmo sem ter conversado previamente com a Cristina Sobral, que por estas fronteiras nos moveremos hoje.

As narrativas hagiográficas não foram, bem entendido, uma invenção moderna. O género, se assim se pode dizer, teve o seu berço na alta Idade Média. No entanto, se a modernidade o não inventou foi responsável pela sua larga produção, difusão e consumo. Uma produção que muito beneficiou da invenção da imprensa, se bem que

o manuscrito como já bem mostrou Fernando Bouza Alvarez não tivesse abandonado radicalmente as mãos de quem lia estes textos; difusão que foi potenciada tanto pelo alargamento social e demográfico dos que passaram a estar apetrechados com a competência da leitura como pelos movimentos originários do centro romano e que estimulavam a defesa e revisão de certos cânones de santidade, que, entre outros aspectos também implicava que o modelo hagiográfico não se restringisse a uma dimensão monástica; consumo que resultou em larga medida do fascínio pelo religioso que atingiu um dos seus momentos agudos com o século barroco.

Como foi bem notado por uma autora que em Portugal é incontornável a quem se move neste campo, refiro-me a Maria de Lurdes Correia Fernandes, em texto publicado em 1993 na *Lusitania Sacra*, intitulado "Entre a família e a religião: a "Vida" de João Cardim (1585-1615)", no século XVII assistiu-se a um aumento bastante significativo da produção de biografias devotas e de vidas de santos, acentuando uma tendência que se começara a declarar nos finais da centúria anterior e que se prolongará até meados de XVIII. De facto compuseram-se muitos vidas de gente que se pretendia apresentar como modelo e por isso justificadoras de atribuição de santidade, como foram os casos de Bartolomeu dos Mártires, por Luís de Sousa (editada em 1619), Bartolomeu da Costa, o tesoureiro santo (editada em 1611), o "sapateiro santo", do padre Manuel da Veiga (ed. em 1625), etc. Em todo este processo assumiu especial relevo a compilação do *Agiológico Lusitano*, repositório de largas dezenas destas vidas, da autoria de Jorge Cardoso. Obra em vários volumes, de que o primeiro foi editado em 1652, e onde se explicava, logo no início, e dando conta desta vaga hagiográfica, que os santos eram "elles tantos, que excedem o numero das estrellas e as areas do mar". E este é outro motivo que justifica que nos detenhamos no tópico. Uma importância que também encerra uma dimensão quantitativa.

Este género de textos coloca imensos desafios a quem os queira interpretar e entender. Vou tão só explicitar dois, à guiza de intróito ou, preferindo-se, de aperitivo para o prato principal.

Por um lado, os textos hagiográficos eram conformados, nalguns casos até mesmo decalcados/copiados, a partir de referenciais que se

tomavam ou impunham por modelos de santidade. Na vida do padre João Cardim, acabada de citar, encontram-se a maioria dos tópicos que marcavam uma certa visão da santidade: a sua humildade, a pobreza, a obediência, a castidade, a modéstia, a penitência e o desprezo do mundo, sempre acompanhadas pelo fervor da oração e das devoções, solidificadas pelas virtudes teologais, sem esquecer as "cousas maravilhosas" que "Deus obra pelos seus merecimentos", para usar linguagem coeva. Ora, como facilmente se detecta, isto correspondia ao modelo, ao padrão de santidade almejado, pelo que é vulgar descortinar estas qualidades na larga maioria de textos hagiográficos do período. O que força o histortador a tentar decifrar em cada caso concreto o que é que se aproxima da experiência real e individual de cada caso concreto e o que decorre de um padrão agregador. E isso não é fácil.

Outro problema prende-se com a natureza e função do texto hagiográfico e das vidas devotas. É que narrar a vida de um santo, para parafrasear Maria de Lurdes Rosa, em artigo que publicou na Lusitania Sacra (tomo de 2001-2002), intitulado "A santidade no Portugal Medieval: narrativas e trajectos de vida" era, e cito: "narrar o encontro humano com Deus" e visava perpetuar (retomo a citação) "as manifestações do divino que foram a vida concreta de um santo". Quer isto dizer que, no fundo, a maioria destes textos eram também textos cultuais, textos de devoção, o que naturalmente tem profundas implicações na sua decifração. Esta dimensão condiciona de modo decisivo a narrativa e levanta vários problemas ao historiador. Quer isto dizer que a narrativa hagiográfica não pode ser lida e interpretada como um outro texto qualquer.

Estou certo que, no final da sessão de hoje, graças aos esclarecimentos da Cristina Sobral não aos meus, todos estaremos em melhores condições de entender estas e outras especificidades.

E entro na etapa final deste minha prédica que, a partir de agora, não será hagiográfica, bem entendido. Não é costumeiro nestes apresentações ater-me nos dados biográficos e bibliográficos do conferencista. Abro hoje uma excepção. Não porque a Cristina Sobral o reclame, nem sequer por ser ignorada do panorama dos estudos históricos sobre a santidade, em particular para o período medieval.

Mas tão só por se tratar de quem não é oriunda da História, antes da Literatura, e a sala ser um meio privilegiadamente de historiadores. Os quais, desde já se diga, neste plano muito têm a lucrar com um diálogo interdisciplinar com a literatura. Eis outra via que importa reter.

A Doutora Cristina Sobral é actualmente professora auxiliar no Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, instituição onde iniciou a sua carreira docente nos anos 90 do século passado.

Tem-se especializado e distinguido por uma vasta, rigorosa e profunda produção, especialmente centrada no âmbito da literatura hagiográfica. Destacaria apenas meia dúzia de estudos seus que me parecem conformar três linhas centrais da sua pesquisa. Por um lado, as incursões sobre algumas vidas de santos medievais, como são os casos da sua dissertação de mestrado, datada de 1992, e intitulada "Santa Maria Egipcíaca em Alcobaça: Edição Crítica das Versões Medievais Portuguesas da Lenda de Maria Egipcíaca", ou de alguns trabalhos sobre um dos nomes maiores da santidade medieval portuguesa, de que é exemplo a "A vida de S. Gonçalo de Amarante: hipóteses de datação e autoria", que publicou nas Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, em Alcalá de Henares, 1997.

Um outro vector, que veio a desembocar na sua tese de doutoramento, é o filão dos trabalhos sobre o *Flos Sanctorum*. Nesta linha apresentou em 2001 a sua tese de doutoramento na Univ. de Lisboa, sob o título "Adições Portuguesas no Flos Sanctorum de 1513 (estudo e edição crítica)". Trata-se de um tão difícil como rigorosíssimo e profundo exercício de fixação do texto de uma versão portuguesa do *Flos Sanctorum*, datada de 1513, obra de que actualmente só se conhece um único exemplar, e que foi ordenada em colaboração por D. Manuel I e pelo cultíssimo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, como demonstrou de forma inequívoca. É um trabalho notável, herdeiro de vias abertas há séculos pelo humanismo renascentista, de utilização do método histórico-filológico para a fixação de um texto. A tese, infelizmente, nunca foi publicada, mas existe uma boa síntese, redigida pela própria Cristina Sobral: "O Flos

Sanctorum de 1513 e suas adições portuguesas", Lusitania Sacra, XIII-XIV, 2002-2003.

O terceiro núcleo, que se me afigra constituir aquele em que tem trabalhado mais recentemente, anda em torno da produção hagiográfica de uma congregação de clérigos muito apoiada pela coroa no período tardo-medieval (em especial por D. Afonso V, D. João II) e nos alvares da modernidade (sobretudo D. João III), refiro-me aos cónegos da Congregação de S. João Evangelista, também conhecidos por Lóios. É ela a responsável pelo "Os Lóios e os livros", publicada na Românica, 12 (2003) e, mais recentemente, pela excelente e erudita edição crítica de "Paulo de Portalegre, Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios" Lisboa: Roma Editora, 2007.

Deixo-vos, por conseguinte, com a autora de tudo isto, a quem, renovo os agradecimentos já anteriormente declarados.

José Pedro Paiva